

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15301 - Painel Temático - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

Painel Temático

IMPACTOS DA PANDEMIA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS E RURAIS-RIBEIRINHOS E QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA

Sérgio Roberto Moraes Corrêa - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Ivanilde Apoluceno de Oliveira - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Reinaldo Matias Fleuri - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

IMPACTOS DA PANDEMIA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS E RURAIS-RIBEIRINHOS E QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA

Resumo

Essa proposta socializa resultados parciais do projeto de pesquisa “Bem viver: diversidade sociocultural, saúde e práticas educativas na Amazônia”, que investiga os impactos da pandemia (Covid-19) em comunidades indígenas e rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia. Para fins desse Painel, vamos focar nos impactos na educação nessas comunidades, relacionando dados quantitativos e qualitativos da pesquisa. Com essa pesquisa, é possível identificar um quadro de agravamento no modo de vida dessas comunidades, em particular no âmbito da educação, recrudescendo ainda mais a desigualdade social e educacional no Brasil.

Palavras-Chave: Impactos da Pandemia (Covid-19); Educação. Amazônia.

Introdução

A presente proposta de Painel, para a 5ª Reunião Científica Regional da Anped-Norte, está vinculada ao projeto de pesquisa: “Bem viver: diversidade sociocultural, saúde e práticas educativas na Amazônia”, coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado Pará (UEPA). Esse projeto foi aprovado pelo Edital Capes nº 13 de 2020, do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação na Amazônia Legal (PDPG-Amazônia Legal).

Esse projeto é desenvolvido em articulação e parceria com outras instituições de ensino superior e programas de pós-graduação em educação, como: a Universidade Federal de Santa Catarina; a Universidade Federal do Pará; a Universidade de Verona, na Itália. No âmbito da Universidade do Estado do Pará, essa parceria se faz com o Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEEI) e o Núcleo de Formação Indígena (NUFI). Essa parceria do PPGED-UEPA busca, em nível local, nacional e internacional, ampliar e fortalecer um trabalho de pesquisa em rede e contribuir tanto com a produção e circulação do conhecimento acadêmico-científico como bem público, assim como orientar ações de

políticas públicas e de práticas educativas exitosas tendo em vista contribuir com a construção de uma sociedade e educação democráticas, tomando como referência de pesquisa a especificidade da multiterritorialidade amazônica, em particular as suas margens, que compõem as partes profundas (e muito invisíveis) dessa Amazônia com várias Amazônias e desse Brasil com vários Brasis.

Como objetivo geral, esse projeto vem mapeando o impacto da pandemia de Covid-19, em comunidades de povos originários e comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia, considerando quatro eixos: socioeconômico, ambiental, educacional e de saúde. Esse projeto assenta-se, prioritariamente, numa pesquisa-ação do tipo colaborativa, adotando os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico; elaboração do estado de conhecimento; realização de entrevistas semiestruturadas. No tocante aos locais e sujeitos interlocutores da pesquisa, o projeto vem trabalhando com povos indígenas e comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas no estado do Pará. Ainda que a ênfase desse projeto centre-se numa abordagem qualitativa, ele, também, vem trabalhando com um conjunto de dados quantitativos muito relevantes para ajudar a ilustrar o impacto da pandemia nesses referidos territórios da região amazônica. Nesse sentido, estamos procurando relacionar as experiências da pesquisa bibliográfica e de campo com as análises de relatórios (nacionais e internacionais) sobre a pandemia no Brasil, em particular na Amazônia.

Nesse Painel, buscamos estabelecer uma conexão com o tema central dessa Anped-Norte “**Os desafios da educação na Amazônia em territórios transfronteiriço**”, apresentando, de forma mais aprofundada em relação a trabalhos anteriores (Autores), os impactos da pandemia no campo da educação, que se constitui, como já exposto acima, um dos eixos centrais dessa pesquisa. Essa delimitação se faz necessária para tratar analiticamente o tema aqui proposto.

Como questão de fundo para orientar o diálogo e reflexão nesse painel temático, propomos a seguinte pergunta: ***De que modo os impactos da pandemia, em particular no campo da educação, têm afetado os territórios de povos indígenas e de comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia?*** Com isso, esse painel objetiva analisar o modo como os impactos da pandemia, com ênfase no campo da educação, têm afetado os territórios de povos indígenas e de comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia.

Assim, com esse painel, buscamos apresentar resultados mais profundos da pesquisa, focando nos impactos da pandemia na educação, mostrando o quanto esses referidos territórios e comunidades têm sido afetados, de forma diferente e desigual em relação a outros grupos sociais e territórios do Brasil, e conseqüentemente, encontrado, também, muita dificuldade para enfrentar e superar os problemas agravados com a crise sanitária no atual quadro de amenização da pandemia (Matta et al, 2021).

Com essa crise sanitária, é possível identificar um quadro de recrudescimento da

desigualdade e da injustiça no mundo em várias dimensões (Relatório Oxfam, 2021). Na sociedade brasileira, em particular nos territórios de povos originários e de comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia, essa problemática tem tomado proporções sem precedentes, assumindo o terreno da educação uma das áreas reveladoras desse impacto negativo e da intensificação da desigualdade. No entanto, essa pesquisa tem demonstrado que a pandemia não é a geradora em si dessa desigualdade (Anistia Internacional, 2020, 2021; Matta et al, 2021), e, sim, só fez agravar ainda mais esse histórico e estruturante problema do país. Ademais, ajudou a escancarar, também, que essa desigualdade brasileira precisa ser encarada de forma estrutural e interseccional, considerando os aspectos de classe, de raça, de gênero/sexualidade, territorialidade, de geração.

Metodologia

No primeiro ano de implementação do projeto de pesquisa, vimos a necessidade de constituir, como estratégia de organização e metodológica, três Frentes de Trabalho (FT) ou três Grupos de Trabalho (GT) para poder contemplar e dar conta de questões que foram surgindo nesse processo da pesquisa, a fim de potencializá-la. Assim, criamos um GT dos povos indígenas aldeados; um outro dos povos indígenas não-aldeados (em espaço urbano) e um terceiro das comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas. Para cada um desses GTs, há um/a coordenador/a. Desses GTs, participam docentes e discentes do PPGED-UEPA. Participam, também, como ilustrado acima, docentes de outras instituições e programas de pós-graduação em educação do Brasil, além de pesquisadores/as internacionais, tendo em vista ampliar e fortalecer a pesquisa em rede em nível nacional e internacional. Além desses, participam como sujeitos interlocutores e colaboradores, representantes de movimentos e organizações sociais de povos indígenas e de comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas.

Nesse painel temático, nosso propósito é de aprofundar os resultados da pesquisa, compartilhando tanto dados/informações de documentos (com base em relatórios nacionais e internacionais) sobre a pandemia no Brasil, em particular na Amazônia; bem como relatos de lideranças de movimentos sociais, oriundos do processo de formação (via *lives*) e, também, de entrevistas realizadas com algumas dessas lideranças, professores/as e de experiências de formação vivenciadas com elas durante a pesquisa de campo.

Como estratégia para realização do painel, vamos contar com um mediador-debatedor e três exposições, tendo cada um tempo de 15 minutos e reservando 30 minutos para o debate com o público presente nesse painel temático. Conforme exposto acima, vamos contar com a exposição de cada instituição e dos três programas de pós-graduação em educação, salvaguardando a representação de cada GT que compõe o projeto, a fim de poder demarcar essas especificidades dele sem, contudo, perder um olhar relacional e de complementariedade do mesmo, bem como de interlocução entre essas instituições de pesquisa.

Resultados

Com esse painel temático, buscamos alcançar os seguintes resultados:

- Divulgar, visibilizar e fortalecer tanto o *conhecimento científico* produzido nessas instituições públicas, quanto os *saberes* de povos indígenas e comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia sobre essa crise pandêmica e seus impactos sobre tais populações e seus territórios.
- Fortalecer as redes de pesquisa que compõem esse projeto em nível nacional e internacional em diálogo com os movimentos e organizações sociais de povos indígenas e comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas.
- Contribuir para animar e qualificar o debate acadêmico, especificamente na reunião científica da Anped-Norte, em particular nos territórios de povos indígenas e comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas.
- Tornar público e aprofundar os resultados da pesquisa tanto no âmbito acadêmico-científico, como da sociedade brasileira, respeitando e valorizando a produção do conhecimento como um *bem comum*.

Discussão

É importante ressaltar a especificidade que essa problemática da pandemia ganha quando se considera o contexto da realidade brasileira (Autor), haja vista que o país, antes dessa crise sanitária, já estava vivenciando uma crise política, econômica e social com a destituição ilegítima da presidente Dilma Rousseff da presidência da república e com a ascensão de Michel Temer ao posto do executivo federal, que implantou um conjunto de (contra)reformas (educação e trabalhista) e de medidas (como a PEC do “teto dos gastos”, que congela por vinte anos os investimentos públicos em saúde e educação), orientadas por uma agenda neoliberal (*Programa Ponte para o Futuro*), precarizando ainda mais as condições de vida e de trabalho das classes e grupos sociais subalternizados (Veras de Oliveira et al, 2019).

Com a vitória na eleição presidencial, em 2018, de Jair Bolsonaro, representante da extrema direita no país, esse retrocesso democrático se agudizou ainda mais, agravando a situação e condição de vida e de trabalho da população mais vulnerável e, por conseguinte, aumentando a pobreza, o fosso da desigualdade social e o movimento de antipolítica no país (Avritizer, 2020). Se, por um lado, a pandemia recrudescer ainda mais esse quadro de desigualdade na sociedade e na educação brasileiras (Observatório da Democracia, 2021; Matta et al, 2021), por outro, o próprio posicionamento e condução autoritária e incompetente do governo Bolsonaro frente a essa crise contribuíram, decisivamente, tanto para o agravamento dessa pandemia, como da desigualdade e da injustiça social (Anistia Internacional, 2020, 2021; Avritizer et al, 2021; Matta et al, 2021), ou, nos termos de Santos

(2016), intensificaram-se as *exclusões abissais*, requerendo um olhar particular para situação dos povos indígenas e comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia (Autores).

Assim, nesse enredo trágico, os grupos sociais mais vulneráveis com a pandemia ficaram mais excluídos, reforçando e ampliando as linhas abissais de desigualdade e exclusão na sociedade brasileira, em particular na região amazônica. No momento em que a pandemia avançou para o “interior” do país, afetou principal e profundamente, os povos originários, comunidades tradicionais e camponesas da Amazônia. Esses povos e comunidades, nesse contexto da pandemia, vêm vivenciando situações de perdas múltiplas em seus territórios: materiais e simbólicas ainda inimagináveis em termos de consequências socioeconômicas, educacionais, culturais, psíquicas/saúde e ambientais, que comprometem a sua existência coletiva.

É importante registrar, conforme ilustram os Relatórios da Anistia Internacional no Brasil (2020/2021) e da Comissão Pastoral da Terra (2020/2021), que, com a pandemia, a pressão sobre os territórios desses povos originários e das comunidades tradicionais aumentou significativamente, produzindo grandes impactos ambientais, agudizando a situação de conflitos no campo. Por isso, a necessidade do mapeamento socioeconômico, cultural, educacional, ambiental e da saúde para compreender e intervir no atual cenário destas comunidades.

Considerações finais

Os impactos da pandemia, como temos acompanhado e observado criticamente, têm afetado o conjunto da sociedade em suas diversas esferas da vida. Contudo, conforme as pesquisas científicas têm demonstrado, as nações, classes e grupos sociais mais pobres e situados na periferia do mundo (Sul Global) têm sido os mais impactados por essa tragédia. No caso específico da sociedade brasileira, que vive um contexto de crise antes da pandemia e que foi ainda mais agravado por essa crise sanitária global, intensificou-se a pobreza e desigualdade social no país. No entanto, o governo de Jair Bolsonaro contribuiu decisivamente para agudizar tais problemas conjunturais e estruturais, que vivenciamos até hoje, com outro contexto político. Nesse cenário de crise e de *desertificação* social e ambiental no país, em particular na região amazônica, os povos originários e comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas dessa região têm sofrido e sentido suas condições de vida e de trabalho se agravarem ainda mais, constituindo um retrato trágico dessa desigualdade e injustiça social no país, o que tem se refletido profundamente no campo da educação. Por isso, a importância deste estudo não só apresentando diagnose, mas sobretudo, apontando perspectivas de mudanças em diálogo academia e comunidades indígenas, rurais-ribeirinhas e quilombolas da Amazônia Brasileira.

Referências

Anistia Internacional. Informes 2020/21: O estado de direitos humanos no mundo. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1032022021BRAZILIAN%20PORTUGI>>. Acesso em 20 de abril/2021.

Anistia Internacional. Relatório: Direitos humanos nas Américas: retrospectiva 2019. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/03/02/relatorio-aponta-que-2019-foi-ano-de-retrocessos-para-os-direitos-humanos-no-brasil/>>. Acesso em 10 de Janeiro/2021.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

FIOCRUZ. PA – Povos indígenas da TI Mãe Maria lutam para garantir seus direitos e seu território. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pa-povos-indigenas-da-ti-mae-maria-lutam-para-garantir-seus-direitos-e-seu-territorio>. Acesso em 11/06/2020.

Relatório Observatório da Democracia: Políticas públicas para educação 2019-2020. Disponível em: <<https://observatoriodademocracia.org.br/2021/04/09/as-politicas-publicas-para-a-educacao-2019-2020/>>. Acesso em 10 de março/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das Linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul** (Org). São Paulo: Cortez, 2010a.

SESAI; APIB - **Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB** (2020). Disponível em <https://www.meionorte.com/coronavirus/covid-19-no-brasil-povos-de-34-etnias-indigenas-ja-foram-contaminados-389039>. Acesso em 15 de junho de 2020.

VERÁS DE OLIVEIRA, Roberto, et al. (Orgs). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2019.